

Teoria da Base Objetiva do Negócio Jurídico

2020

Tamiris Vilar Brufatto

TEORIA DA BASE OBJETIVA DO NEGÓCIO JURÍDICO

© Almedina, 2020

AUTOR: Tamiris Vilar Brufatto

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Marília Bellio

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556270814

Outubro, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

1184105

Brufatto, Tamiris Vilar
Teoria da base objetiva do negócio jurídico /
Tamiris Vilar Brufatto. -- São Paulo : Almedina, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5627-081-4

1. Boa-fé (Direito) 2. Direito civil 3. Código
civil - Brasil 4. Contratos - Brasil 5. Função social
6. Negócio jurídico I. Título..

20-40241

CDU-347.13

Índices para catálogo sistemático:

1. Negócio jurídico : Direito civil 347.13

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. TEORIA DA BASE OBJETIVA DO NEGÓCIO	15
1.1. Evolução histórica	15
1.2. Conceito	23
2. TEORIA DA BASE OBJETIVA E A FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO	31
2.1. Código Civil de 2002	31
2.2. Função social do contrato	39
2.2.1. Origens	41
2.2.2. Conceito	47
2.2.3. Função social do contrato como fundamento da teoria da base	52
2.3. A nova redação do artigo 421	62
3. OUTROS INSTITUTOS QUE FUNDAMENTAM A TEORIA DA BASE	69
3.1. A interpretação contratual	70
3.2. Boa-fé objetiva	79
4. JURISPRUDÊNCIA	93
CONCLUSÕES	101
REFERÊNCIAS	109